



II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2011-2013

Relatório de Execução

2013

Lisboa

Índice

I – Nota Introdutória	3
II – Nota metodológica	5
III – Análise da informação recolhida	
a) Medida 1- Sensibilizar e Prevenir	6
b) Medida 2- Apoiar e Integrar	16
c) Medida 3- Formar	19
d) Medida 4 – Conhecer e Investigar	24
e) Medida 5 – Advogar	27
IV – Conclusões	31
Siglas	36

I - Nota introdutória

Em 6 Fevereiro de 2009, Portugal assumiu formalmente um compromisso político específico relativamente à eliminação da Mutilação Genital Feminina. O I Programa de Ação para a Eliminação da MGF (I PAEMGF), inscrito no III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010), surgiu com o objetivo de promover os direitos humanos, o direito à saúde, o direito à integridade física, à não sujeição a nenhuma forma de tortura ou tratamento cruel, sob o imperativo do combate à violência de género e da concretização de uma plena igualdade.

A execução deste programa esteve a cargo do *Grupo Intersectorial sobre MGF* constituído por representantes de vários organismos da *Administração Pública* - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD – atualmente Camões- Instituto da Cooperação e da Língua), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC – atualmente DGE, Direção-Geral da Educação), *Organizações Intergovernamentais* - Organização Internacional para as Migrações (OIM), e *Organizações Não Governamentais* - Associação para o Planeamento da Família (APF), União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação Uallado Folai.

O II Programa Nacional para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (II PAEMGF), integrado no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013), teve apresentação pública no dia 8 de Fevereiro de 2011, em Sessão Evocativa do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. A sua coordenação pertenceu à CIG.

O II PAEMGF manteve, no essencial, as principais linhas de ação do antecessor, prevendo-se um reforço na intervenção em algumas medidas, que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da mutilação genital. Introduziram-se alguns ajustamentos no Programa e incluíram-se no Grupo de Trabalho Intersectorial os Ministérios da Administração Interna (MAI) e da Justiça (DGPJ – Direção-Geral da Política de Justiça e EPJ – Escola da Polícia Judiciária), bem como a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, parceiros fundamentais na prossecução de alguns objetivos plasmados no II PAEMGF. Em 2012, também a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) passou a participar

nas reuniões do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF, na sequência de um protocolo celebrado entre esta e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

O II PAEMGF 2011-2013 previu a adoção de 30 atividades estruturadas em torno de 5 grandes áreas/medidas estratégicas: 1) Sensibilizar e Prevenir; 2) Apoiar e Integrar; 3) Formar; 4) Conhecer e Investigar e 5) Advogar.

II – Nota metodológica

A recolha de informação efetuada, com o objetivo de produzir o presente relatório relativo à execução do II PAEMGF, no ano de 2013, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades, que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela sua execução, às quais se solicitou o preenchimento, em dois momentos (final de cada semestre), de um instrumento de monitorização concebido para o efeito.

Para além dos indicadores que constam da própria grelha de Medidas e Atividades do II PAEMGF, solicitaram-se informações complementares, que permitissem a melhor compreensão das intervenções ocorridas no ano em apreço, designadamente, a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, o ponto de situação, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos.

Importa referir que, em alguns casos, as entidades não completaram o preenchimento do referido instrumento. Outras, designadamente a CPLP e a associação Uallado Follai, não fizeram qualquer tipo de reporte.

Apresenta-se, seguidamente, a descrição sucinta das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades, que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial responsável pela implementação do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

III – Análise da informação recolhida

a) Medida 1- Sensibilizar e Prevenir

Atividade 1

Promover debates para discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, incluído a promoção de espaços pedagógicos onde se poderão abordar os seguintes temas:- Direitos Humanos; Cidadania e Igualdade de Género; Saúde Sexual e Reprodutiva; Violência de Género; Boas práticas na eliminação da MGF.

Esta atividade conheceu múltiplas concretizações, tendo ocorrido diversas ações de sensibilização e discussão sobre a problemática da MGF, que mobilizaram as entidades que integram o grupo de trabalho, por sua iniciativa ou a convite de entidades externas. Destacam-se as seguintes:

No dia 6 de Fevereiro de 2013, com vista a assinalar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, a CIG promoveu uma sessão evocativa no Auditório do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, no Barreiro. A sessão, de carácter formativo, dirigiu-se particularmente a profissionais de saúde, tendo incluído uma conferência de enquadramento intitulada “Saúde – Conduta e Resposta nas Comunidades”, dinamizada pela representante da DGS no Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF. Compareceram a esta sessão, fundamentalmente, profissionais de saúde da área de intervenção do Centro Hospitalar Barreiro Montijo. Destaca-se ainda a participação ativa de associações de imigrantes, com intervenção naquela área geográfica de elevada concentração de população proveniente de países onde a MGF se pratica.

A representante do ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural no grupo de trabalho participou, na qualidade de conferencista, num workshop subordinado ao tema “Mutilação Genital Feminina e Cidadania”, promovido pela Associação Balodiren, no dia 16 de maio, na Junta de Freguesia de S. Brás, Amadora. Esta iniciativa concorreu para a execução do projeto apoiado pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promovido pela CIG.

A APF e a UMAR reportaram a realização conjunta de uma oficina de trabalho sobre os aspetos jurídico-legais da MGF. Esta ação ocorreu no dia 5 de Janeiro de 2013 e contou com a colaboração de representantes da Escola de Polícia Judiciária e do DCIAP. Frequentaram esta oficina, 15 formandas e 1 formando, nomeadamente profissionais de saúde, jornalistas, estudantes e representantes de ONG, que demonstraram vontade em continuar a receber informações e em participar em futuras ações sobre MGF.

A APF dinamizou uma ação de formação sobre Práticas Nefastas e MGF dirigida aos/às técnicos/as das entidades parceiras do Projeto Muda Gosi e Fasil, promovido pela Câmara Municipal de Cascais no bairro da Adroana. Estiveram presentes nesta ação entre 18 e 20 técnicos/as das entidades parceiras do projeto.

A APF, em parceria com outras organizações não-governamentais, criou ainda uma rede informal de trabalho com as comunidades. Esta rede de ONG reúne-se presencialmente e mantém um contacto estreito e regular na elaboração de uma agenda de atividades formativas, de debate, comemorativas, etc., a realizar com as comunidades, promovendo o seu envolvimento. À data da produção deste relatório, são já membros integrantes desta rede, a APF, a UMAR, a Musqueba e a Morabeza.

A UMAR levou a cabo, no âmbito do seu projeto *ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, uma ação de sensibilização sobre a MGF, a 23.03.2013, com a duração de 4 horas, no espaço da Junta de Freguesia de Alcântara, Lisboa. A equipa do Projeto *ISI* planeou, concebeu materiais e dinamizou a sessão de sensibilização, de forma expositiva e interativa, em torno das seguintes temáticas: Igualdade de Género; Direitos Humanos das Mulheres; Interculturalidade e práticas nefastas, neutras ou benéficas; consequência da MGF para a saúde sexual e reprodutiva, Violência de Género e contextualização sobre a prática da MGF/C na Guiné Bissau e noutras zonas do mundo. A sessão contou ainda com a participação da jornalista Sofia Branco e da representante da CISS- *Cooperazione Internazionale Sud – Sud*. Participaram nesta iniciativa 13 utilizadoras das Casas de Abrigo da UMAR. As utilizadoras das Casas de Abrigo demonstraram interesse pela temática e em manterem-se atualizadas sobre esta problemática em Portugal e no mundo, tendo avaliado a sessão com a média de 5 valores, numa escala de 0 a 5.

A UMAR realizou, ainda no âmbito do projeto *ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, 4 ações de sensibilização sobre MGF/CGF, na Escola Secundária da Baixa da Banheira, onde foram abordados os seguintes temas: Direitos Humanos; Cidadania

e Igualdade de Género; Saúde Sexual e Reprodutiva; Violência de Género; Boas práticas na eliminação da MGF. Estas ações envolveram 4 turmas (uma sessão por turma), tendo sido envolvidos/as 51 alunos/as (36 raparigas e 15 rapazes).

Esta iniciativa motivou docentes e discentes para trabalhar o tema da MGF, junto da comunidade escolar. Na sequência desta intervenção, o projeto *ISI* viria a ser convidado a apresentar naquela escola o filme “A Flor do Deserto”, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Cerca de 100 pessoas estiveram presentes. Esta intervenção, junto da comunidade escolar da Baixa da Banheira, terá continuidade em 2014.

Refiram-se ainda as ações de sensibilização, promovidas pela DGS, junto de profissionais de saúde, sobre os temas da Saúde Sexual e Reprodutiva, Género e Saúde e Violência e Ciclo de Vida. Em todas estas ações, integrou-se como conteúdo programático a problemática da MGF. Estas ações tiveram lugar na Amadora (13 de Setembro, a convite da Associação Balodiren, dirigida à comunidade e líderes religiosos), em Queluz (16 de Setembro, a convite da Escola da Guarda Nacional Republicana, dirigida a profissionais da GNR), nas ARS do Algarve e Alentejo (dias 18 e 19 de Setembro, respetivamente), na Escola da Polícia Judiciária (a convite da mesma, no dia 20 de Setembro, dirigida a Órgãos de Polícia Criminal), na Arrentela/Seixal (dia 25 de Setembro, dirigida a profissionais de saúde dos equipamentos de saúde locais), na ARS de Lisboa (dias 23, 24 e 25 de Setembro), na ARS Centro (dias 14 e 15 de Outubro) e na ARS Norte (dias 23, 24 e 25 de Outubro). As ações realizadas nas diversas ARS dirigiram-se aos profissionais de saúde das respetivas regiões, e enquadraram-se num programa formativo subordinado à problemática do género, violência e ciclo de vida.

A CIG promoveu mais uma ação de formação (6ª desde 2011), dirigida a técnicos/as dos CLAI – Centros Locais de Apoio ao Imigrante da Região da Grande Lisboa, bem como a técnicos/as do CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Esta ação de formação, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”, ocorreu nos dias 26 e 27 de Setembro e 3 de Outubro e incluiu um módulo específico sobre Mutilação Genital Feminina, tendo nela participado 12 profissionais, designadamente, 4 técnicas e mediadoras socioculturais do CNAI de Lisboa e 8 de alguns CLAI da área da Grande Lisboa.

Atividade 2

Apoiar as associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C, casamentos forçados e crimes de honra.

O ACIDI contemplou, no seu Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI), dois eixos de financiamento que, não sendo específicos para a MGF, permitiram o apoio a iniciativas/projetos das associações de imigrantes sobre esta problemática. No período em apreço, uma Associação submeteu um pedido de apoio na área da MGF ao PAAI, a Morabeza - Associação de Cooperação e Desenvolvimento.

O ACIDI continuou a disponibilizar um endereço eletrónico específico para pedido de material informativo existente (folhetos e cartazes) pelas associações de imigrantes, bem como para marcação de reuniões com todas as que pretendessem trabalhar a temática. Esse apoio técnico foi disponibilizado pela representante do ACIDI no Grupo de Trabalho Intersectorial, em articulação com o Gabinete de Apoio Técnico às Associação de Imigrantes (GATAI).

Representantes da CIG e do ACIDI vieram a constituir-se membros da comissão de acompanhamento aos projetos premiados pela iniciativa “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, com o objetivo de proceder à verificação da execução técnica e financeira dos mesmos, bem como disponibilizar o apoio técnico necessário à sua boa execução. Também em conformidade com o regulamento do prémio, foi criado um instrumento de monitorização dos projetos, tendo-se realizado visitas/reuniões de acompanhamento aos mesmos nos dias 18 de Junho (Balodiren), 19 de Junho e 1 de Outubro (Morabeza). A avaliação da execução física e financeira dos projetos no final do 1º semestre determinou a continuidade dos mesmos.

O Instituto Camões reportou a sua participação numa atividade/tertúlia, promovida pela Balodiren, no âmbito do projeto premiado pela iniciativa "Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro"- intitulada “Mutilação Genital Feminina e Direitos Humanos”, ocorrida no dia 16 de Março, no Centro Cultural da Freguesia da Mina (Amadora).

A APF realizou 2 sessões de informação, a pedido da Associação Solidariedade Imigrante - projeto *Imigração, Género e Violência*, financiado pelo POPH, tendo nelas procedido à

distribuição de um CD, com material relevante sobre MGF. Estiveram presentes 10 formandos/as, mediadores/as e voluntários/as da associação.

A DGS apoiou a Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes – Bairro da Galiza, Cascais, tendo disponibilizado informação sobre a temática, bem como materiais.

No âmbito do projeto *ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, a UMAR realizou ações de sensibilização (com distribuição de materiais diversos) junto da Associação de Estudantes da Guiné Bissau em Lisboa. Realizaram-se vários encontros, o primeiro dos quais a 13 de Outubro de 2013, com a participação de 9 membros da direção da AEGBL (7 homens e 2 mulheres). Posteriormente, vários encontros / reuniões vieram a ocorrer com 2 a 3 elementos da direção. A AEGBL irá preparar plano de intervenção junto das comunidades, em 2014, e o *ISI/UMAR* apoiará no que se julgar necessário.

Atividade 3

Elaborar material IEC (Informação, Educação e Comunicação)

A CIG procedeu à reimpressão do folheto “Diga não à excisão”, editado em 2012 e que entretanto havia esgotado. Em articulação com a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa, concebeu ainda uma nova versão do mesmo, em crioulo da Guiné. Foram editados 10 000 exemplares deste folheto traduzido.

O Instituto Camões reportou ter colocado o cartaz e o folheto informativo em local de visibilidade privilegiada nas suas instalações.

A APF produziu um material próprio, designadamente, um folheto de divulgação do curso de autoformação em *e-learning* “Unidos pelo fim da MGF”. Distribuiu 150 desses folhetos no XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras, ocorrido nos dias 9 e 10 Maio de 2013.

O MAI/PSP, em parceria com a CNPCJR, concebeu conteúdos pedagógicos específicos sobre MGF, para ações de sensibilização do Programa Especial “Escola Segura”, a desenvolver no início do ano letivo 2013/2014.

O projeto “Cantar contra a Indiferença – Campanha contra a MGF/C”, promovido pela Associação Morabeza e apoiado pelo “Prémio Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” produziu um conjunto de materiais, destinados especificamente às comunidades em risco, em particular à população juvenil, designadamente um cartaz, um folheto, um pin e t-shirt. Estes materiais integraram a ação de campanha contra a MGF, desenvolvida pelo projeto.

A Associação Balodiren, também distinguida pelo Prémio supracitado, produziu igualmente um folheto e um cartaz (em crioulo da Guiné), dirigido muito especialmente à comunidade guineense, residente no concelho da Amadora.

Atividade 4

Disseminação da publicação Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta, OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS, e do folheto sobre a MGF.

Tendo a CIG procedido à reimpressão do folheto “Diga não à Excisão”, que entretanto havia esgotado, prosseguiu, no período em apreço, a distribuição dos mesmos.

O folheto e o cartaz permaneceram publicados digitalmente nas páginas web da esmagadora maioria das entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF.

Todas essas entidades procederam à distribuição dos folhetos em papel em todos os eventos/atividades julgados pertinentes.

A DGS manteve a distribuição dos folhetos em todas as ações formativas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, realizadas.

A UMAR reportou ter distribuído o folheto e cartaz junto de vários públicos, nomeadamente junto de professores/as, estudantes do ensino secundário e estudantes do ensino superior (projeto *ISI*), bem como junto das entidades pertencentes à Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis, no Concelho de Odivelas (projeto *RiiiM*).

O MAI/PSP indicou ter distribuído 158 cartazes e aproximadamente 500 folhetos, junto de todas as Esquadras de competência genérica e de investigação criminal, privilegiando as que tinham salas de atendimento à vítima.

Atividade 5

Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de trabalhos escolares e formativos sobre práticas tradicionais nocivas-MGF/C no âmbito da Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento.

No cumprimento desta atividade, a DGE – Direção Geral de Educação reportou que, no Edital (candidatura de projetos de Promoção e Educação para a Saúde em meio escolar, com vista a financiamento) – na área da Educação sexual e IST's, incluiu uma questão específica sobre a MGF. Concretizou-se ainda um concurso de Boas Práticas em Educação para a Saúde, em meio escolar (atribuição de 10 prémios, 2 em cada área temática).

Destacou-se a introdução da temática MGF, a pedido do IEPF, no Programa de Educação Sexual no Ensino Profissional, destinado à Formação de Formadores. O Departamento de formação profissional propôs ao IEPF a aquisição de 36 kits pedagógicos sobre a MGF, produzidos pela APF, um para cada um dos centros de formação profissional de gestão direta do IEPF, e 2 para a sua mediateca, que incluem o Programa de Educação Sexual no Ensino Profissional. Pretendeu-se que, com este Manual, os formadores pudessem obter informação e ferramentas formativas sobre MGF, de forma a poderem desenvolver o tema, no âmbito das várias modalidades de formação que o IEPF, I.P., ministra.

À data da elaboração do presente relatório, aguardava-se a aprovação do Conselho Diretivo para a aquisição dos necessários 36 kits pedagógicos.

No âmbito do projeto *ISI - Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género*, a UMAR promoveu a realização de um vídeo temático sobre MGF/CGF por estudantes da Escola Secundária da Baixa da Banheira. Este trabalho será apresentado no encontro final do projeto, a realizar durante o 1º semestre de 2014.

Atividade 6

Sensibilizar docentes do ensino universitário para a importância da inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.

No dia 8 de Abril, a CIG, a DGS e a APF assinaram um protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa com vista à realização de um curso de Pós-Graduação sobre MGF, que veio a ocorrer no último trimestre de 2013. Com a duração de 150 horas, o curso decorreu na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, sob o título “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”, e contou com a frequência de 28 médicos/as e enfermeiros/as, que exercem a sua atividade em hospitais e centros de saúde da área da grande Lisboa, em particular de áreas geográficas com maior concentração de população imigrante proveniente de países onde a MGF se pratica.

Todos estes/as profissionais desenvolveram, como trabalho final do curso, projetos de intervenção a aplicar nos seus contextos específicos de trabalho, desde logo no início de 2014, sob supervisão da Direcção-Geral da Saúde. Esta iniciativa permitiu, assim, constituir uma rede de *focal points*, em relação privilegiada com a Direcção-Geral da Saúde, com competências na sinalização, identificação e atuação sobre casos. Estes profissionais ficaram também habilitados/as para dinamizar ações de sensibilização e formação sobre MGF, nos diversos contextos e, em especial, nas redes sociais locais a que pertencem.

A DGS reportou ainda a introdução da problemática da MGF no currículo da 4ª Pós-Graduação em saúde Sexual e Reprodutiva da Escola Superior de Enfermagem Cruz Vermelha, bem como a existência de 2 mestrandos da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa a desenvolver teses sobre o tema da MGF.

Atividade 7

Fomentar a existência de campanhas que promovam os Direitos Sexuais e Reprodutivos no quadro dos Direitos Humanos.

7.1 -Criar um micro-site sobre MGF /C no Portal da CIG para divulgação de campanhas e de iniciativas nacionais e internacionais.

Em 2013, assegurou-se a atualização do espaço específico sobre MGF, criado em 2012 no site da CIG. A informação sobre MGF constante no Portal da Igualdade, foi igualmente atualizada.

Atividade 8

Promover debates e espaços de divulgação nos meios de comunicação social para reflexão sobre a realidade da MGF/C e sua relação com a saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, a educação e o desenvolvimento e os Direitos Humanos.

A CIG organizou, em parceria com o CENJOR, nos dias 7, 9, 14 e 16 de Maio, uma ação de formação, intitulada “Género e Informação” (12 horas), em Setúbal.

Esta iniciativa realizou-se no Instituto Politécnico de Setúbal e nela participaram jornalistas com carteira profissional e em atividade naquele distrito, bem como estudantes de comunicação social daquele estabelecimento de ensino. Nos dias 26 e 28 de Novembro e 3 e 5 de Dezembro, realizou-se mais uma ação de formação “Género e Informação”, desta feita em Lisboa, e dirigida exclusivamente a profissionais de comunicação em atividade (vide Medida 3 – Atividade 5.5). Esta formação passou a incluir um módulo específico sobre violência de género, centrado fundamentalmente nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e da Violência Doméstica.

A CIG respondeu a solicitações de diversos órgãos de comunicação social, com vista à produção de trabalhos jornalísticos sobre esta problemática.

A propósito desta atividade, a DGS reportou ter participado em entrevistas aos jornais I e Sol, à Agência Lusa, à RDP 1 e ao Porto Canal, em que foi abordada a temática da MGF.

Atividade 9

Promover a criação de uma rede de trabalho que envolva estudantes de países onde a MGF/C existe, temporariamente residentes em Portugal.

Com o objetivo de se criar uma rede de trabalho envolvendo estudantes temporariamente residentes em Portugal, originários de países onde a MGF existe, e tendo sido assinado, em dezembro de 2012, um protocolo entre a CIG e a AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa, a CIG reuniu com a direção daquela associação, e estabeleceram-se algumas propostas de ação com vista à dinamização da rede de estudantes guineenses. Como já referido (Medida 1 - Atividade 3), a associação colaborou com a CIG na produção de uma versão, em crioulo da Guiné, do folheto, produzido pelo Grupo de Trabalho sobre MGF, “Diga não à Excisão”.

A APF, no âmbito do projeto *Create Youth Network*, constituiu formalmente uma rede de jovens, pertencentes a comunidades oriundas de países onde a MGF é praticada. Esta rede de jovens terá contacto direto com redes de jovens de outros países europeus e será responsável pela implementação de uma série de atividades subordinadas ao projeto. No âmbito deste projeto, a APF participou em reuniões de trabalho, marcou presença numa conferência internacional e teve participação direta no estudo de investigação sobre os jovens e a MGF e os Casamentos Forçados, a partir do qual elaborou um plano de trabalho.

b) Medida 2- Apoiar e Integrar

Atividade 1

Promover o aumento da literacia e escolaridade das mulheres e jovens imigrantes pertencentes a comunidades onde se pratica a MGF.

Contribuiu para a execução desta atividade o Programa Português para Todos (PPT), promovido pelo ACIDI. Trata-se de um programa de ensino da língua portuguesa, gratuito, destinado a comunidades imigrantes, com dois níveis, elementar e português técnico. Os dados disponíveis sobre o Programa apresentam um total de 8.486 formandos/as (3.742M-4.744H), e indicam a participação de mulheres e jovens imigrantes, pertencentes a comunidades onde a MGF se pratica. O Ministério da Educação e o IEPF são entidades colaborantes neste Programa.

Atividade 2

Promover o empoderamento das mulheres imigrantes (sobretudo oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C) para combater as desigualdades e os estereótipos de género, nomeadamente através do estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo.

No âmbito do projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo ACIDI, que visa fomentar o empreendedorismo junto da população imigrante, integrando cursos de apoio à criação de negócios e um concurso de ideias, cujos/as vencedores/as recebem um apoio financeiro para ajudar na criação da sua ideia de negócio, foram já abrangido/as, desde 2009, 1.244 participantes, 764 do sexo feminino e 480 do sexo masculino. Tendo como referência a nacionalidade, refira-se a presença de 31 mulheres provenientes da Guiné-Bissau e 2 senegalesas, países associados à prática da MGF (2009-2013). Quanto aos negócios formalizados até agora, as mulheres foram responsáveis por cerca de 54% do total dos negócios criados. Em 2013, contabilizaram-se 108 participantes (78M-30H), registando-se a presença de 1 mulher guineense.

No âmbito do projeto REPLACE 2, a APF desenvolveu, durante o ano de 2013, 2 encontros com 16 mulheres oriundas de comunidades onde a MGF é praticada, nos quais abordou a temática, bem como outros assuntos. Estas reuniões, apesar de estarem inseridas num contexto de investigação, contribuíram para promover o seu empoderamento, bem como para encontrar e desenvolver estratégias de envolver as comunidades.

No âmbito do projeto *Create Youth Network*, referido na Medida 1 – Atividade 9, cerca de 30 jovens rapazes e raparigas desenvolveram e participaram numa investigação PEER (*Partnerships for Enhanced Engagement in Research*), com o objetivo de avaliar as representações que jovens, oriundos de comunidades praticantes, têm acerca de MGF e casamentos forçados.

Atividade 3

Promover aconselhamento individual e apoio psicossocial.

Todas as entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial, encontram-se preparadas para promover e/ou encaminhar casos de MGF. Não foi reportado nenhum caso.

No âmbito do protocolo celebrado entre o ACIDI e a APAV para a criação da UVIDRE - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, nesta unidade especializada de apoio à vítima imigrante e de discriminação racial e étnica, passou a estar disponível o serviço de aconselhamento individual e apoio psicossocial para os casos de MGF.

Atividade 4

Orientar situações de MGF/C, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, para os recursos disponibilizados para auxílio nesta área.

Em 2013 mantiveram-se em funcionamento as várias linhas de apoio indicadas nos materiais “Diga Não à Excisão” (folheto e cartaz), designadamente, as Linhas de Emergência Social, Sexualidade em Linha, Saúde 24, SOS Imigrante e Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica. Estas linhas estão disponíveis em permanência.

Aos mediadores e às mediadoras, que fazem atendimento na Linha SOS Imigrante (ACIDI) é dada formação permanentemente na temática da MGF, para poderem responder a eventuais casos ou denúncias de casos de MGF.

A DGS mantém o módulo/ protocolo de atuação para atendimento sobre MGF na linha saúde 24.

Atividade 5

Consolidar a estrutura de referência para eventuais casos de MGF/C (centralizada nos serviços de apoio específico para imigrantes).

Deu-se continuidade à estrutura de referência, criada pelo ACIDI, e que envolve a Linha SOS Imigrante, os Gabinetes de Apoio Jurídico ao Imigrante, o Gabinete de Saúde do CNAI de Lisboa e a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (UAVIDRE), criada pela APAV, através de Protocolo com o ACIDI. Não foram sinalizados casos no período em apreço.

A DGS manteve também o acompanhamento da *Orientação da Direcção-Geral da Saúde sobre MGF*. Todas as Unidades do SNS devem segui-la.

Durante o primeiro semestre de 2013, a PSP efetuou 1 operação de fiscalização orientada para o tráfico de seres humanos, na qual procurou aferir da existência de casos de MGF, não tendo sido comunicada qualquer ocorrência. Esta operação contou com a colaboração da CNPCJR, IAC, APAV, Junta de Freguesia de S. José, Junta de Freguesia da Pena, Junta de Freguesia da Sé e Junta de Freguesia do Socorro.

c) Medida 3- Formar

Atividade 1

Elaborar um protocolo de atuação com orientações técnicas na área da saúde.

Em 2012, deu-se pleno cumprimento a esta atividade. A orientação da DGS dirigida a profissionais de saúde sobre Mutilação Genital Feminina foi apresentada no dia 6 de Fevereiro de 2012, por ocasião do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, numa cerimónia pública no Hospital Garcia de Orta, em Almada, e disponibilizada a todos os profissionais de saúde do SNS no mesmo dia. Em 2013, a DGS manteve e reforçou a divulgação da orientação, a qual deverá ser seguida por todas as unidades do Serviço Nacional de Saúde.

Atividade 2

Disseminar o manual “Mutilação Genital Feminina – Integração da Prevenção e do Tratamento no Curricula de Profissionais de Saúde (OMS/APF)”.

Este material manteve-se disponível nas páginas da grande maioria das entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre a MGF, sendo possível a sua impressão.

A DGS prosseguiu a distribuição do manual para as ARS e Linha de Saúde Pública.

Atividade 3

Criar um referencial de formação em MGF/C para as diferentes áreas de intervenção (educação, justiça, saúde, social/comunitária, cooperantes).

Não existe reporte de ações desenvolvidas no período em apreço.

Atividade 4

Promover a inclusão do tema da MGF/C nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.

A introdução do tema da MGF nos referenciais de educação foi proposta pela CIG ao Ministério da Educação. Aguardam-se desenvolvimentos, pelo que não se pode considerar a medida como executada.

Atividade 5

Realizar ações de formação para:

5.1. Profissionais de saúde, incluindo a criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação

Como referido na Medida 1 - Atividade 6, a CIG, a DGS e a APF assinaram um protocolo com a ESEL com vista à realização de uma Pós-Graduação sobre MGF. Esse curso veio a ocorrer no último trimestre de 2013, com o título “Saúde da Mulher/Família sobre MGF”, conforme descrito na medida 1, Atividade 6. Participaram, na dinamização dos módulos do curso, representantes da CIG, DGS, APF, EPJ e UMAR. Também a associação Morabeza, distinguida com o prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, foi convidada a dar o seu testemunho de trabalho junto das comunidades.

A DGS reportou ainda a dinamização de formação sobre MGF a profissionais de saúde do Hospital Fernando da Fonseca, bem como a inclusão da temática em formação sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, destinado a profissionais de saúde em todas as ARS do país, e em formação sobre saúde sexual e reprodutiva no Centro de Saúde de Almada.

A APF produziu o curso de auto formação em *e-learning* – Unidos pelo Fim da MGF, dirigido a profissionais de saúde e asilo, ferramenta de carácter formativo útil para todas as pessoas que trabalham de perto com esta temática. À data da elaboração do presente relatório, existiam já mais de mil registos de formandos/as.

5.2. Realizar ações de formação para: Profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR), técnicos dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes e agentes de cooperação.

O curso de formação referido na atividade anterior (5.1), concebido pela APF, inscreve-se também nesta atividade, porquanto se dirigiu igualmente a profissionais de asilo. A APF estabeleceu um protocolo de parceria com o CPR- Conselho Português para os Refugiados, para revisão, apoio e disseminação do Curso de auto formação em *e-learning* – Unidos pelo Fim da MGF.

Como referido na Medida 1 – Atividade 1, a CIG realizou uma ação de formação, dirigida a técnicos/as dos CLAI – Centros Locais de Apoio ao Imigrante da Região da Grande Lisboa, bem como a técnicos/as do CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”. Esta ação de formação ocorreu nos dias 26 e 27 de Setembro e 3 de Outubro e incluiu um módulo específico sobre Mutilação Genital Feminina, tendo nela participado 12 profissionais, designadamente, 4 técnicas e mediadoras socioculturais do CNAI de Lisboa e 8 de alguns CLAI da área da Grande Lisboa.

5.3 - Realizar ações de formação para: Docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores da área temática da educação para a saúde.

O IEFP, em articulação com a APF, e no âmbito do Protocolo de colaboração com aquela entidade, promoveu um *workshop*, intitulado “*Práticas Tradicionais Nefastas e a Mutilação Genital Feminina*”, com a duração de 6 horas, no dia 29 de outubro. Esta iniciativa teve como ponto central a abordagem de diferentes práticas tradicionais nefastas, que colocam em risco a saúde física e mental de mulheres, raparigas e meninas, incluindo a MGF, e contou com a presença de 25 pessoas. A sua dinamização esteve a cargo da APF, tendo sido da responsabilidade do IEFP a divulgação, organização e condições logísticas.

Esta ação teve como objetivo informar e consciencializar os/as formadores/as, técnicos/as de formação e outros/as potenciais interessados/as, inscritos no portal NetForce do IEFP, I.P., sobre as diferentes práticas tradicionais nefastas que colocam em risco a saúde física e mental de mulheres, raparigas e meninas, incluindo a MGF.

5.4 - Magistratura e Órgãos de Polícia Criminal (OPC)

No período em apreço, a EPJ promoveu uma ação de formação/conferência, dirigida a órgãos de polícia criminal.

A conferência contou com a presença de cerca de 110 participantes de entidades várias, sendo que 73 desses participantes são futuros inspetores estagiários desta Polícia. 5 Elementos da GNR foram também mobilizados para aquela iniciativa, pelo MAI. A referida ação contou com a participação da CIG e DGS.

A GNR desenvolveu uma ação de formação, de 2 horas, no dia 16 de Setembro 2013, para 25 investigadores, que exercem funções de chefes dos Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), de todos os distritos de Portugal continental. Essa iniciativa contou com a colaboração da DGS, como referido na Medida 1 - Atividade 1.

5.5 - Profissionais de Comunicação Social/ média.

Como referido na Medida 1- Atividade 8, a CIG organizou, em parceria com o CENJOR, nos dias 7, 9, 14 e 16 de Maio, uma ação de formação, intitulada “Género e Informação” (12 horas), em Setúbal.

Esta iniciativa realizou-se no Instituto Politécnico de Setúbal e nela participaram jornalistas, com carteira profissional e em atividade naquele distrito, bem como estudantes de comunicação social daquele estabelecimento de ensino, num total de 20 participantes (18-M/2-H). Este curso (que já conheceu outras realizações em Lisboa, Coimbra e Porto) passou a incluir um módulo específico sobre violência de género, centrado fundamentalmente nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e da Violência Doméstica.

Nos dias 26 e 28 de Novembro e 3 e 5 de Dezembro, realizou-se mais uma ação de formação “Género e Informação”, desta feita em Lisboa, nas instalações do CENJOR. Esta ação contou com a presença de 18 formandos/as, jornalistas com carteira profissional e em atividade (17-M/1-H).

A UMAR participou ativamente nestas ações de formação, tendo partilhado com a CIG a dinamização do referido módulo sobre violência de género.

5.6 - Equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, assim como das Casas de Abrigo.

A UMAR reportou a realização de ações de formação para as equipas que integram os dois centros de atendimento (CAM e P'RA TI) e os dois equipamentos de casa de abrigo.

d) Medida 4 – Conhecer e Investigar

Atividade 1

Aprofundar o conhecimento da MGF/C

A CNPCJR produziu um relatório, com recomendações sobre a atuação em matéria de MGF, elaborado por um grupo de trabalho sobre "práticas culturais que ofendem direitos da criança", criado pela Comissão Nacional.

Como referido na Medida 2 - Atividade 2, entre Julho e Setembro de 2013, a APF realizou a investigação PEER, um estudo realizado por jovens para conhecimento das representações que os/as jovens têm acerca da temática. Este estudo resultou num relatório, entretanto disseminado.

A APF produziu ainda um *mapping and gapping*, um levantamento das atividades que diversas entidades vêm efetuando em torno da MGF.

Atividade 2

Promover a realização de um estudo sobre MGF/C em Portugal através de um protocolo estabelecido entre a CIG e a FCT.

Na sequência de protocolo celebrado entre a CIG e a FCT, veio a ser aberto concurso para financiamento de um projeto de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, na modalidade de Estudo de Prevalência de Mutilação Genital Feminina em Portugal.

O concurso encontrou-se aberto no período compreendido entre 20 de março e 30 de abril de 2013 e o seu aviso/edital determinava que o estudo a desenvolver deveria identificar o número estimado de meninas, raparigas e mulheres vitimizadas e em risco de excisão, bem como o local onde é praticada, a idade das meninas e raparigas e outras evidências que sejam consideradas significativas para a compreensão do fenómeno. Simultaneamente, estipulava que o estudo deveria contemplar uma análise qualitativa sobre as representações que as comunidades têm sobre esta prática, bem como a sua perceção sobre a adequação das políticas públicas nacionais existentes, com vista à sua eliminação.

Foram apresentadas 8 candidaturas. O projeto vencedor tem como entidade promotora o centro de estudos CESNOVA (FCSH/UNL), com o título "Mutilação Genital Feminina em Portugal: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação". A UMAR é uma das entidades colaborantes no projeto, assim como o IHMT - Instituto de Higiene e Medicina Tropical, a FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a SPSC - Sociedade Portuguesa de Sexologia.

O estudo deverá estar concluído em Dezembro de 2014, estando prevista a apresentação de um relatório intercalar dos primeiros 6 meses do mesmo ano.

Atividade 3

Realizar um Seminário Euro-África para a divulgação de boas práticas dos vários programas de eliminação e de abandono da MGF/C.

Realizou-se, no dia 29 de Novembro de 2013, o Seminário Euro-África, intitulado “Pelo fim da Mutilação Genital Feminina”, nas instalações da CPLP, em Lisboa.

O evento estruturou-se em 4 painéis, subordinados aos temas *Conhecer para atuar, O papel do Estado, O papel das organizações Internacionais e Vozes e rostos nas comunidades.*

De entre o painel de oradores/as, destacam-se a participação de representante da Presidência do Conselho de Ministros de Itália e do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau.

De entre as organizações que integram o grupo de trabalho responsável pela execução do II PAEMGF, participaram, de uma forma mais ativa, na dinamização deste seminário a DGS, o Camões ICL, a OIM, a APF e a UMAR.

Representantes da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa (AEGBL), com quem a CIG assinou protocolo, bem como das associações distinguidas com o prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, Balodiren e Morabeza, participaram na qualidade de oradores. Estiveram presentes cerca de 60 participantes.

Atividade 4

Promover a introdução faseada dos indicadores de monitorização de nº de casos de MGF/C em meninas, raparigas e mulheres em idade fértil.

A DGS manteve, na Plataforma de Dados em Saúde (PDS), nos cuidados de saúde primários e hospitalares, um módulo destinado a permitir a sinalização de todas as recém-nascidas, crianças e jovens, sempre que se identifique o risco de MGF (permite o registo *on line* dos casos identificados na prática clínica, em todos os atos médicos).

Mantem-se a sinalização, através da PDS, prevista na supracitada *Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina* (Nº 005/2012), em vigor desde Fevereiro de 2012, e dirigida a todos os profissionais de saúde do SNS. Foi realizada 1 formação para os mesmos.

Atividade 5

Disponibilizar informação on-line e hiperligações sobre MGF/C.

Todas as entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersectorial mantiveram e atualizaram informação/documentação sobre MGF nas suas páginas web.

O MAI procedeu à disponibilização de informação/documentação sobre MGF na intranet institucional. Essa documentação foi ainda disponibilizada pela PSP, na página eletrónica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, acessível a pessoal credenciado através da ligação <https://extranet.rnsi.mai.gov.pt/cplp/Portugal/>.

A APF procedeu à disseminação do curso *de e-learning Unidos Pelo Fim da MGF*, bem como do já referido relatório do estudo PEER sobre as representações que os/as jovens têm acerca da temática.

e) Medida 5 – Advogar

Atividade 1

Realizar Seminários sobre a MGF/C.

Destacam-se nesta atividade, o evento organizado pela CIG, com o objetivo de assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (6 de Fevereiro), no Hospital N^o Sr^a do Rosário – Barreiro. Este evento teve como conferência de enquadramento uma comunicação, intitulada “Saúde – Conduta e Resposta na Comunidade”, dinamizada pela DGS (vide Medida 1 – Atividade 1).

A APF procedeu à apresentação do curso de auto formação em e-learning *Unidos Pelo Fim da MGF*, no Encontro Nacional da APEO Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, em Aveiro.

No âmbito do projeto *Create Youth Network*, realizou-se a Conferência de Jovens Advogados pelo fim da MGF e Casamentos Forçados, no mês de Novembro de 2013, em Londres. Por iniciativa da APF, nela participaram 3 jovens portugueses, os/as quais apresentaram dados sobre o estudo PEER, realizado em Portugal, e contribuíram para a construção de um plano de trabalho geral em conjunto com as outras entidades parceiras.

Atividade 2

Desenvolver estratégias e mecanismos de comunicação e advocacy junto de Organizações Nacionais, Europeias e Internacionais, nomeadamente aquelas com assento nos países onde a MGF/C se pratica.

No Comité Consultivo para a Igualdade entre mulheres e homens, da Comissão Europeia, Portugal (CIG) assumiu a presidência na emissão de opinião sobre “Uma iniciativa europeia sobre MGF”.

No cumprimento desta Atividade, a APF reportou a sua participação em 2 reuniões de início dos Projetos Daphne (Abril e Maio), designadamente referentes aos projetos:

- 1) - “Replace 2” – com a duração de 2 anos, combina a metodologia investigação-ação, participada com base na comunidade (*community based action research* - CBAR), e envolvimento de comunidades praticantes no desenvolvimento e aplicação do quadro teórico de mudança de comportamento com base no REPLACE I, projeto Daphne 2010 2011, que teve como objetivo final a elaboração do *toolkit – REPLACE- Mudança de Comportamento no Trabalho com Comunidades para o Abandono da MGF*. O *toolkit* REPLACE explica como proceder à aplicação dos métodos de pesquisa comunitária para entender o processo de manutenção da MGF e como aplicar os resultados encontrados no delineamento de programas e ações de intervenção e estratégias nessas mesmas comunidades, com base na teoria individual de mudança de comportamento;
- 2) - “Create a youth network - Campanha de Jovens pelos Direitos, Educação, Acesso, Transformação e Envolvimento no âmbito das Práticas Nefastas na Europa” - Este projeto pretende proteger jovens de práticas nefastas, nomeadamente, MGF e Casamentos Forçados, através do empoderamento e capacitação de jovens rapazes e raparigas, no sentido de promover mudanças nos seus pares e nas suas comunidades, contando com a colaboração de parceiros de nível internacional.

No 2º semestre de 2013, a APF iniciou ainda a sua participação em 2 novos projetos, com forte componente de *advocacy*. Na sequência da campanha da rede europeia *End FGM*, um novo projeto pretendeu fazer um trabalho de *advocacy*, junto de decisores políticos europeus e também a nível nacional, em cada um dos países parceiros. A associação iniciou igualmente um projeto EUROPAID coordenado pela ONG italiana AIDOS, e que visa dar apoio técnico, formativo e também de *advocacy* à Rede Europeia.

A representante da DGS participou num *workshop*, promovido pela UNICEF Suíça, em Berna, no dia 29 de Maio, para apresentação do II PAEMGF ao grupo de trabalho que se encontra a elaborar o programa de ação suíço. A apresentação teve como destinatários cerca de 25 representantes de ministérios (incluído o Ministério da Saúde), Universidades e ONG, que constituem o grupo de trabalho nacional para a criação de um programa nacional suíço para a eliminação da MGF. Nessa ocasião, a representante da DGS no Grupo de Trabalho

Intersectorial fez uma apresentação do instrumento português, das suas principais concretizações passadas e em curso. A experiência portuguesa foi considerada muito positiva e foram solicitados materiais e mais informações, disponibilizados posteriormente.

Atividade 3

Reforçar a manutenção dos acordos de cooperação bi e multilaterais que visam a promoção da entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.

Não houve reporte de ações desenvolvidas no período em apreço.

Atividade 4

Incentivar e fomentar o debate, a troca de experiências, a formação e a informação entre ONG Portuguesas e as de outros países.

O Seminário Euro-África, realizado no dia 29 de Novembro de 2013, sob o título “Pelo fim da Mutilação Genital Feminina”, contribuiu para a execução desta Atividade (vide Medida 4 – Atividade 3).

Atividade 5

Promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de projetos e ações de formação/sensibilização sobre Direitos Humanos, Direitos das Crianças, Saúde Materno-infantil, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas.

Com o objetivo de dar cumprimento a esta Atividade, a DGS introduziu o tema da MGF em todas as intervenções informativas/ formativas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, ocorridas no período em apreço.

Atividade 6

Incentivar o debate e a informação relativa ao estatuto de Asilo / Refugiada para mulheres e meninas em risco de MGF/C, de acordo com os instrumentos internacionais que Portugal subscreve e a que se obriga, no contexto europeu.

Contribuiu para o objetivo exposto nesta Atividade, a finalização do *Curso de Auto formação em e-learning – Unidos pelo Fim da MGF: para profissionais de saúde e asilo* (projeto apoiado pela Campanha END FGM), já referido. Este curso contém módulos específicos para profissionais de asilo – MGF, enquanto fundamento para proteção internacional, e um módulo sobre técnicas de comunicação e de entrevista (Vide Medida 3 – Atividades 5.1 e 5.3).

Procedeu-se à divulgação da temática da MGF e do trabalho desenvolvido em prol da sua eliminação num meio de comunicação escrita, que o Camões ICL divulga em 36 países (Europa, Ásia, África e América). Trata-se do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias (artigo sobre a prática da MGF no nº1115, de 26 de junho a 9 de julho).

Conclusões

Em 2011, o II PAEMGF teve uma execução de 46,6% (Quadro I). O número de atividades reportadas em 2011 não foi significativo, o que se terá devido à relativa desmobilização do grupo de trabalho, coordenado pelo Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade, logo após o lançamento do II Programa de Ação, em Fevereiro de 2011, e até à designação da CIG como entidade coordenadora do referido Programa, pela atual Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

No período correspondente à nova legislatura, em 2011, estabeleceram-se novas orientações para o Grupo de Trabalho Intersectorial.

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade promoveu uma reflexão crítica junto do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF sobre os resultados alcançados pelo I PAEMGF e pelo II PAEMGF até ao início da atual legislatura, tendo manifestado a necessidade de se introduzir uma nova dinâmica no *modus operandi* do grupo de trabalho e nas intervenções que lhe estavam atribuídas.

Estabeleceram-se pois, novas linhas de orientação, que se traduzem em novos *inputs* ao Programa de Ação, que vieram a ser visíveis sobretudo a partir do início de 2012.

Quadro I

Ponto da situação da execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) em 2011

Medidas	N.º de Atividades	N.º de atividades executadas em 2011	Percentagem de atividades executadas em 2011
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	6	66,6%
2 - Apoiar e Integrar	5	0	0%
3 – Formar	5	4	80%
4- Conhecer e Investigar	5	1	20%
5- Advogar	6	3	50%
TOTAL	30	14	46,6%

O II PAEMGF teve, em 2012, um grau de execução de 86,6%, o que corresponde a um incremento de 40 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior (Quadro II).

Acresce o facto de, em 2012, se terem desenvolvido ações que permitiram a execução de atividades que constavam já no I PAEMGF e que nunca haviam conhecido realização ou realização substancial.

Destacam-se sumariamente, a este nível, a elaboração da “Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina”, dirigida a todos/as os/as profissionais de saúde do Sistema Nacional de Saúde, as orientações disponibilizadas aos OPC, através do “Manual de procedimentos para órgãos de Polícia Criminal”, o envolvimento das associações de imigrantes no combate à MGF, por via da atribuição do prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, a produção de um cartaz informativo, dirigido às comunidades em risco e para afixação nos equipamentos de saúde, a criação de uma rede de jovens estudantes provenientes de países onde a MGF se pratica, temporariamente residentes em Portugal, e o envolvimento da CNPCJR nas reuniões do Grupo de Trabalho Intersectorial, entre outros.

Quadro II

Ponto da situação da execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) em 2012

Medidas	N.º de Atividades	N.º de atividades executadas em 2012	Percentagem de atividades executadas em 2012
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	9	100%
2 - Apoiar e Integrar	5	5	100%
3 – Formar	5	3	60%
4- Conhecer e Investigar	5	3	60%
5- Advogar	6	6	100%
TOTAL	30	26	86,6%

Durante o ano de 2013, o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre MGF realizou um conjunto de intervenções, que garantiram o **cumprimento a 90%** das medidas/atividades previstas no II PAEMGF (Quadro III).

Quadro III

Ponto da situação da execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) em 2013

Medidas	N.º de Atividades	N.º de atividades executadas em 2013	Percentagem de atividades executadas em 2013
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	9	100%
2 - Apoiar e Integrar	5	5	100%
3 – Formar	5	3	60%
4- Conhecer e Investigar	5	5	100%
5- Advogar	6	5	83%
TOTAL	30	27	90%

Neste último ano de vigência do II Programa de Ação para a Eliminação da MGF, destaca-se a realização de um curso de pós-graduação na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, intitulado “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina”, no qual participaram cerca 28 médicos/as e enfermeiros/as (das diversas especialidades médicas relevantes nesta problemática), que exercem a sua atividade em equipamentos de saúde, situados em áreas geográficas consideradas de maior risco na área geográfica da Grande Lisboa (com maior concentração de população pertencente a comunidades onde a MGF se pratica).

Todos estes profissionais iniciaram já a implementação de projetos de ação, nos seus contextos específicos de trabalho, e assumirão junto da Direcção-Geral da Saúde, organismo integrante do grupo de trabalho responsável pela execução do II Programa de Ação, o papel de *focal points* locais.

A criação desta rede de *focal points*, em relação privilegiada com a Direcção-Geral da Saúde, tem múltiplas virtualidades, do ponto de vista operacional, na sinalização, identificação e atuação sobre casos. Simultaneamente, esta opção traduz uma abordagem de proximidade, atendendo ao facto de os equipamentos de saúde e os seus profissionais serem cada vez mais interlocutores privilegiados em redes sociais locais, que, de uma forma concertada, reúnem a saúde, educação, serviço social, emprego e formação profissional, etc.

Com esta iniciativa, deu-se finalmente cumprimento a uma atividade que constava já no I Programa de Ação para a Eliminação da MGF (2007-2010), e que, do ponto de vista estratégico, se revela condição essencial aos desafios que se colocam no futuro.

Destaca-se ainda, em 2013, o reforço do envolvimento das comunidades no combate à MGF. As associações distinguidas pelo prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, Balodiren e Morabeza executaram os seus projetos ao longo do ano. A associação Balodiren concentrou os seus esforços na área da Amadora-Sintra, tendo promovido tertúlias e *workshops* dirigidos às comunidades, bem como a interlocutores privilegiados, designadamente líderes associativos e religiosos e representantes de várias organizações públicas e privadas de redes sociais locais. A Morabeza, entre outras iniciativas, produziu uma campanha especificamente dirigida à população juvenil cujos resultados se revelaram muito positivos. Este projeto veio preencher um espaço ainda por cumprir, na medida em que incidiu muito precisamente junto da população jovem das comunidades onde a MGF se pratica, preponderantemente em meio escolar. Este projeto/campanha beneficiou ainda de alguma cobertura por parte dos meios de comunicação social nacionais e dos PALOP.

O sucesso destas experiências, reforçaram no Grupo de trabalho Intersectorial a necessidade de envolver mais e de uma forma mais substancial, as organizações da sociedade civil, em particular das que representam as comunidades afetadas pela MGF, no apoio à concretização das estratégias e ações preconizadas pelo instrumento nacional de combate à MGF.

Assim, durante todo o período de vigência do II PAEMGF, foram executadas 29 das 30 atividades que o II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina prevê, o que corresponde a uma **taxa de execução total e final de 96,6%** (Quadro IV).

O II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2011-2013 foi sujeito a avaliação externa, encontrando-se o relatório da mesma disponível no site da CIG – www.cig.pt.

Quadro IV

Execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

RESULTADOS FINAIS

2011 -2013

Medidas	N.º de atividades	N.º de atividades executadas	Percentagem de atividades executadas
1 – Sensibilizar e Prevenir	9	9	100%
2 - Apoiar e Integrar	5	5	100%
3 – Formar	5	4	83,3%
4- Conhecer e Investigar	5	5	100%
5- Advogar	6	6	100%
TOTAL	30	29	96,6%

SIGLAS UTILIZADAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa

APAV | Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEO - Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras

APF - Associação para o Planeamento da Família

ARS - Administração Regional de Saúde

Camões ICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua

CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas

CGF - Corte dos Genitais Femininos

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CNPCJR - Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPR- Conselho Nacional para os Refugiados

DCIAP - Departamento Central de Investigação e Ação Penal

DGAI - Direção Geral da Administração Interna

DGE - Direção Geral de Educação

DGPJ – Direção-Geral de Política de Justiça

DGS - Direção Geral da Saúde

EPJ - Escola da Polícia Judiciária

FCSH/UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

GATAI - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

GNR - Guarda Nacional Republicana

IAC - Instituto de Apoio à Criança

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

IHMT - Instituto de Higiene e Medicina Tropical

ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a Violência de Género

IST – Infeção Sexualmente Transmissível

MAI - Ministério da Administração Interna

MGF - Mutilação Genital Feminina

NIAVE - Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organizações Não Governamentais

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

PAAI - Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante

PAEMGF – Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina

PDS - Plataforma de Dados de Saúde

PEER - Partnerships for Enhanced Engagement in Research

PEI - Promoção do Empreendedorismo Imigrante

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

RIIIM - Rede de Intervenção Integrada, Intersectorial e Multidisciplinar no combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos.

PSP - Polícia de Segurança Pública

SNS - Serviço Nacional de Saúde

SPSC - Sociedade Portuguesa de Sexologia

UAVIDRE - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica

UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFPA - United Nations Population Fund

UNICEF - United Nations Children's Fund

UNIFEM - United Nations Development Fund for Women